

XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

Tema central:

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

**A linguagem como instrumento de legitimação da violência cultural: discussão
teórica a respeito de uma fala do Pastor Silas Malafaia sobre a “ideologia de
gênero” nas escolas sob a ótica das tipologias de violência propostas por Johan
Galtung¹**

Bruna de Mello Franco

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp/Bauru

O artigo buscará discorrer sobre a linguagem como instrumento legitimador da violência a partir da discussão teórica e problematização de uma comunicação em vídeo realizada pelo Pastor Silas Malafaia durante as eleições presidenciais de 2018. Por meio da discussão teórica, o objetivo se trata de levantar algumas reflexões sobre violência na comunicação ao identificar termos e colocações presentes no objeto de estudo que possam legitimar as terminologias de violência propostas por Galtung, sendo que nesse caso, discursos sociais embasados em fundamentos religiosos, ideologia política conservadora e questões de violência de gênero parecem se relacionar.

Palavras-chave: Linguagem. Violência; Cultura; Religião; Gênero.

¹ Trabalho apresentado no GT2 **CULTURAS POPULARES, IDENTIDADES E CIDADANIA** da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

Quando o tema violência é abordado, comumente costuma-se ligar o termo quase que automaticamente às questões que envolvem danos físicos e materiais, como luta corporal, uso de armas e guerras entre civis ou nações, por exemplo. Porém, reduzir a palavra apenas a esses conceitos implica em ignorar as variáveis existentes na análise dessa terminologia, as quais serão abordadas ao decorrer da discussão que o presente artigo propõe.

Dentre essas variáveis estão as tipologias de violência idealizadas por Johan Galtung que serão exploradas ao longo da discussão: violência direta, violência cultural e violência estrutural, as quais estão inseridas no contexto dos Estudos/Pesquisa para a Paz (os EPP), nomenclatura esta que vinha fazendo parte de uma corrente de pensamentos composta por cientistas sociais dos Estados Unidos e Europa desde o início dos anos 50 e que foi oficialmente utilizada a partir de 1959 por Galtung em seu Instituto de Pesquisa em Oslo. (FERREIRA, 2019). Essas tipologias compõem o espectro da construção da violência no cenário sociocultural, fazendo um desenho de como essas camadas promovem a naturalização das violências, ou seja, a existência de discursos sociais que as justificam e antes desses estudos determinavam que não havia nada que poderia ser feito para erradicá-las, pois seriam intrínsecas às relações humanas.

Considerando a constância desses discursos, uma discussão será realizada a partir da problematização das falas existentes no objeto de estudo escolhido, o qual se trata de um vídeo disponibilizado na plataforma de rede social digital *Youtube*, mais precisamente, no canal oficial do Pastor Silas Malafaia. O vídeo intitulado “Pastor Silas Malafaia comenta: Atenção! Um alerta importantíssimo aos cristãos do Brasil”, que foi postado pouco menos de três meses antes das eleições presidenciais de 2018, traz o líder religioso tecendo argumentos ao público sobre a importância de elegerem políticos cujos ideais não feririam os princípios religiosos da congregação e de seus membros, sendo que na pauta dessas justificativas está incluso um item que o Pastor denomina como “ideologia de gênero nas escolas” e como a possível instauração dessa política iria contra as concepções de Deus e valores cristãos.

Tendo como base metodológica a pesquisa bibliográfica, a discussão teórica será realizada partindo da conceitualização das referidas tipologias de Galtung com foco na violência cultural, sendo que o artigo tem como objetivo trazer reflexões que permitam problematizar a questão de como a linguagem, enquanto parte do processo da comunicação, pode ser uma ferramenta para a legitimação da violência relacionada a questões de gênero, buscando compreender que reflexos a fala de um líder religioso pode gerar sobre a institucionalização da violência direta, estrutural e cultural sobre esse assunto.

A relevância da discussão se deve à necessidade da compreensão sobre os caminhos que a violência percorre para além da sua concretização direta, ou seja, os processos legitimadores que

incluem discursos consolidados em uma estrutura histórico-social, os quais são alimentados por diversas instituições sociais e se enraízam de maneira que se tornam culturais. Galtung (2003, p. 7) nomeia essa trajetória legitimadora de “violência cultural” e a define como “aspectos de la cultura, el ámbito simbólico de nuestra existencia (materializado em religión e ideologia, lengua y arte, ciencias empíricas y ciencias formales – lógica, matemáticas), que puede utilizarse para justificar o legitimar violencia directa o estructural”.

Nesse caso, discursos sociais embasados em fundamentos religiosos e questões de violência de gênero parecem se relacionar. Os críticos a proposta do MEC sobre a inserção de educação sexual e combate à discriminação associada a diversidade de gênero no PNE aprovado em 2014, originaram o termo “ideologia de gênero”, sendo que, segundo a definição de Lemos (2017), estes consideraram a proposta como uma construção de ideias e crenças que iriam contra a vontade de Deus ou da natureza e destruiriam o que chamam de família tradicional.

Considerando esses aspectos, serão apresentadas reflexões sobre como a fala de um líder religioso detentor de um grande número de seguidores pode, através da linguagem, legitimar questões de violência a partir de um tipo de discurso social fundamentado por princípios religiosos com potencial de justificar a intolerância e o preconceito. Nesse sentido, é possível estabelecer um limite entre concepção religiosa e preconceito?

2 VIOLÊNCIA E AS TIPOLOGIAS DE GALTUNG

Introduzindo a compreensão dos Estudos para a Paz e as tipologias de violência propostas por Johan Galtung, faz-se necessário entender a violência como construção sociocultural que preza por um olhar interdisciplinar em relação às motivações e fatores que legitimam suas manifestações. No ano de 1989 a UNESCO em sua 25ª sessão de conferência geral, publicou o documento denominado “Manifesto de Sevilla”, cujo tratou de apresentar proposições sobre violência, guerra e a importância de estudos e discussões que abordassem a temática a fim de propor transformações e resoluções de conflitos na sociedade.

Um trecho da primeira proposição do manifesto apresenta a ideia de que “A guerra é um fenômeno especificamente humano que não se encontra nos demais animais. O fato de que a guerra mudou de maneira tão radical no decorrer dos tempos prova claramente que se trata de um produto da cultura”, logo, a institucionalização da violência é um processo intrinsecamente humano e trata-se de um conceito que possui variáveis em sua constituição. Galtung (1969, p.168) vai mais além e caracteriza a violência como algo que é o intermédio entre o que é potencial e o que é real, ou seja, ela se faz presente quando o real é evitável, quando há a ausência do básico referente às necessidades humanas.

Realizando uma paráfrase coletiva das obras de Galtung “Violência cultural” (2003) e “Três formas de violência, três formas de paz” (2005), em que o autor discorre sobre os Estudos para a Paz, obtém-se explicações das tipologias de violência, as quais são apresentadas em um triângulo relacional composto por: violência direta, sendo que nesta o agressor e a vítima são visíveis (guerras, assassinato, por exemplo); violência estrutural, representando os mecanismos do sistema que promovem as injustiças (fome, desemprego, por exemplo); e por fim, a violência cultural, onde as vítimas não são claramente visíveis, mas irá promover justificativas e legitimações para as violências anteriores (discursos sociais, por exemplo).

O autor propõe que o estudo da violência cultural evidencia as formas como os atos de violência direta e os fatores da violência estrutural são legitimados, e, portanto, tornam-se aceitáveis para a sociedade, “[...] Isto significa que, por trás de um ato de violência direta, como um conflito armado, por exemplo, há fatores culturais que justificam, legitimam e naturalizam esse acontecimento” (CABRAL; SALHANI, 2017, p.1). O termo cultura empregado para definir a violência que está internalizada na sociedade, auxilia na compreensão dessa tipologia que apresenta um caráter complexo justamente por envolver conjuntos de crenças, valores, costumes e hábitos que moldam e sacralizam uma sociedade por meio de símbolos, mitos e até mesmo instituições, sendo que, por assumir essa posição inerente que compõe a identidade de um sistema social, mudá-la não consiste em uma tarefa simples, mas em ações que perpassarão gerações (FISAS, 1998).

A violência cultural se aproxima da definição que Bourdieu (2012) dá ao conceito de violência simbólica, o qual está ligado a naturalização de uma hierarquia existente entre dominante e dominado. Mais precisamente, uma relação de interesses que favorecem apenas parte da população, normalmente a minoria, sendo que essas predileções acabam sendo assumidas como predominantes em relação a sociedade como um todo. “Por não atingir indivíduos específicos de maneira direta ou física, trata-se, portanto, de um ato de violência simbólica”. (CABRAL; GONÇALVES; SALHANI, 2018, p. 251).

Pode-se dizer que em meio a esse processo ocorre a institucionalização de poderes simbólicos em detrimento das classes menos favorecidas, instaurando-se a violência através do viés cultural, este que vem para justificar a violência estrutural instalada através da precariedade ao acesso a suprimentos básicos para a sobrevivência humana de parte dessa sociedade, como saúde, emprego, bem-estar, educação e segurança, sendo que a ausência desses recursos atenua a desigualdade social e econômica da população, dando continuidade ao ciclo da violência que muitas das vezes se concretiza de forma direta, seja como reflexo de comportamentos aprendidos e reproduzidos estruturalmente ou até mesmo na busca pela sobrevivência em meio ao sistema. Sobre a resolução desse conjunto, Bourdieu (2012, p.54) salienta que,

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes [...]

Nesse sentido, as buscas pela ruptura das violências estão no espectro dos estudos para a paz, os quais implicam em evidenciar as situações de conflito e não os ignorar como forma de impor a paz pela omissão. “A paz é o enfrentamento pragmático e não violento dos conflitos do mundo, e, como tal, não indica soluções em termos de negação discursiva ou simbólica desses conflitos – ao contrário, empresta-lhes visibilidade” (SIGNATES, 2000, p. 11). Para o autor, através da exposição dos fatores violentos torna-se possível apresentar alternativas conflitivas para substituição das formas de violência recorrentes.

Ferreira (2016) em sua obra intitulada “Estudos para a paz: conceitos e debates” traz colocações de Johan Galtung a respeito dos Estudos para Paz e suas respectivas conceituações sobre as tipologias de violência, além das definições de paz. Explica que a paz deve ser enxergada tanto como um fim social, quanto um caminho para se chegar a justiça social, para que assim não seja analisada como uma ideia distante e utópica da realidade, logo, o oposto da paz seria a violência e não a guerra. Para Galtung (1996) a paz seria a ausência ou redução de todos os tipos de violência e também a transformação do conflito de uma maneira criativa e não violenta, sendo que esta se divide em: paz positiva e paz negativa.

Segundo o autor, paz negativa confere a ausência da violência direta, aquela em que agressor e vítima são visíveis. Exemplificando, seria o fim temporário de uma guerra civil que configuraria na ausência da violência direta provocada pelo uso de armas de fogo, fazendo com que a paz negativa fosse atingida naquele momento. Já a paz positiva significa reduzir ou promover a ausência da violência estrutural, gerando a efetivação da justiça social e proporcionando o bem-estar e a melhora na qualidade de vida da sociedade.

Em sua obra intitulada “Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization” de 1996, Galtung faz contraposição aos termos atrelando os tipos de violência existentes na sociedade (direta, estrutural e cultural) à ideia de paz positiva, e traz a conceitualização de como se apresentariam em sua materialização como: paz positiva direta, paz positiva estrutural e paz positiva cultural. A presença da primeira se basearia no bem expressado de forma física e verbal, a qual traria benefícios para o “eu” e o próximo. Nesse sentido, a paz positiva direta seria voltada para aspectos como: atendimento das necessidades de sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade dos indivíduos; A paz positiva estrutural consistiria na revisão de alguns conceitos e propõe a sub-

stituição da segmentação pela integração, fragmentação pela solidariedade e a marginalização pela participação; A terceira e última, traria a troca da legitimação da violência pela legitimação da paz nos âmbitos das artes, ciência, escolas, religião, universidades, etc., ou seja, em instituições que promovem discursos sociais capazes de validar a paz em detrimento da violência.

3 LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

Como comentado nos itens anteriores, a legitimação da violência cultural ocorre a partir da consolidação dos discursos e comportamentos sociais produzidos por instituições que fazem parte do cotidiano da sociedade, estes discursos constituem uma estrutura e geram a institucionalização dos tipos de violência existentes. Compreender os efeitos dos discursos exige um entendimento sobre o contexto em que estes são transmitidos e recebidos, inclusive os valores envolvidos no processo de interpretação e atribuição de sentidos, sendo que é nesse processo dialético que Lopes e Cordeiro (2018) ressaltam que os discursos produzem a realidade e como consequência, a violência.

Partindo dos aspectos que envolvem a situação dos discursos, uma das principais formas de legitimação dos tipos de violência é a comunicação, a qual Cabral e Salhani (2017, p.1) classificam como algo que “[...] tem um papel fundamental na reprodução e propagação de estruturas de violência cultural, uma vez que naturaliza determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos”. Logo, a comunicação pode ser vista através de um viés menos funcionalista e que não se reduz ao processo simplista de transmissão de uma mensagem, o qual se limita com a existência de um emissor e de um receptor, nesse sentido França (2016) irá abordar a comunicação como um processo interacional em que sujeitos são interlocutores que possuem uma relação entre si, sendo que as formas de interação e registros da comunicação mudam, pois a cada situação de comunicação os papéis dos indivíduos são diferentes.

Obtendo a comunicação como um processo interacional e mais versátil, a linguagem enquanto parte desse processo, seja ela verbal ou não-verbal, possui real influência sobre como os discursos sociais se tornam culturalmente enraizados. Para Charaudeau (2013, p.42) “A linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade. É falando com o outro – isto é, falando o outro e se falando a si mesmo – que se comenta o mundo, ou seja, descreve e estrutura o mundo”. Sendo assim, a linguagem faz parte de uma herança cultural que envolve jargões, ditados, lendas, mitos e crenças que quando passadas de geração para geração, carregam uma bagagem histórica e legitimadora dos tipos de violência que se tornam comuns e imperceptíveis para a sociedade, tais como o preconceito, discriminação, hostilidade e intolerância sobre tudo aquilo que vai contra as concepções particulares dos indivíduos, essas que são justificadas por um aprendizado construído através de discursos propagados em instituições sociais como família, escola, igreja, etc.

Esses discursos podem ser atribuídos a representações, uma vez que fazem parte de uma organização de imagens e concepções mentais expressas através de falas ou até mesmo comportamentos de indivíduos na sociedade, consolidando-se como reais, ou seja, estão fundamentados em uma observação empírica das relações sociais, as quais produzem discursos que justificam essas mesmas relações, partindo disso, cria-se uma estrutura de valores que funcionam como um sistema de referência e normas sobre o que é certo ou errado (CHARAUDEAU, 2013).

Pensando em propostas de intervenção para criação de novas referências para discursos que se propagam ora para legitimar violências, é possível fazer uma relação com o conceito apresentado por Rosenberg (2003), a comunicação Não-Violenta – ou CNV – que implica na reformulação de como as pessoas se expressam e ouvem o outro, de forma que as respostas não sejam automáticas, mas conscientes, partindo daquilo que se sente, percebe e deseja. Dessa forma, os indivíduos poderiam se expressar com maior clareza e oferecer empatia a quem fala, considerando que a CNV proporciona um ensino observador e cuidadoso sobre a capacidade de identificar as condições que existem ao redor de si com maior compreensão sobre a realidade do outro além das próprias concepções, ou seja, a CNV proporciona uma espécie de desconstrução de pré-conceitos sob a ótica do próximo.

Para Costa e Silva (2010, p. 308) “O diálogo tem grande poder de transformação, é através deste que está sendo propagada e reconhecida a importância da educação para a paz que contribui para a construção de valores éticos e morais, reconstrução normativas das regras e da linguagem para a construção de paz”. Para refletir sobre a importância do diálogo nesse processo de transformação, é preciso pensar sobre a necessidade de uma comunicação educativa voltada para as realidades que geram preocupações, propondo intervenções a partir da exposição das causas e motivações dessas problemáticas. Aldás (2010) apresenta a ideia dizendo que esse aprendizado deve ser voltado para os interesses coletivos, pensando nas demandas públicas. A partir desse compromisso, discursos não neutros seriam utilizados (incorporando as demandas sobre os tipos de violência, por exemplo) a fim de gerar mais compromissos em conter esses impasses.

Para que haja essa comunicação educativa voltada para os Estudos para a Paz, também deve se considerar a possibilidade da linguagem enquanto instrumento que pode agir como legitimador da paz, uma vez que não está ligada apenas aos signos que compõem uma língua, mas também a sistemas de valores que orientam a utilização dos signos em diferentes situações de comunicação. Para Charaudeau (2013) a linguagem na qualidade de ato de discurso, sinaliza a forma como as falas transitam em determinado grupo social no que se refere a produção de sentidos, ou seja, além das condições contextuais e de valores individuais presentes no processo de interpretação, a busca pela desconstrução de falas, jargões, ditados ou escolha lexical nas maneiras de se expressar sobre

determinado assunto, são fatores que também auxiliam em concepções mais positivas dos significados.

A consciência da força da linguagem na comunicação nos impele a um olhar atento para a maneira como ela atua em cada processo. Não se trata apenas de interpretar sentidos e analisar formatos; isto é necessário e importante, mas se nós reduzimos a lidar com os discursos comunicativos neles mesmos (ou os gêneros de linguagem), perdemos a dimensão do todo comunicacional. A atenção à linguagem, aos discursos proferidos e trocados nas dinâmicas interativas significa entender o que eles estão fazendo, como atuam posicionando interlocutores e representando os aspectos da realidade (as coisas do mundo). (FRANÇA, 2016, p. 164)

Essa noção da representação de linguagem compondo discursos legitimadores também deve ser considerada no âmbito da comunicação realizada através dos meios, ou seja, a forma como esses discursos são potencializados partindo de um fluxo massivo de troca de mensagens que os diversos canais comunicacionais oferecem, principalmente no que se refere a *internet* e as plataformas digitais que sustentam uma rede de informações através de *sites*, *blogs*, portais de notícia e redes sociais digitais.

Assim como Castells (2000) descreve em sua obra *Sociedade em Rede*, a tecnologia e seus aparatos tem o potencial de transformar contextos sócio históricos e culturais, uma vez que a era digital além de ter favorecido os processos da comunicação, também se estabeleceu como agente modificador das relações interpessoais e comportamentais dos seres humanos. Analisando por esse viés e considerando o caráter potencializador das redes no que se refere a possibilidade de transmissão e interação em larga escala da comunicação, percebe-se o quão importante é o olhar sobre os discursos sociais, visto que nesse processo também ocorre a reafirmação destes.

É válido ressaltar que a comunicação não é a única forma de influência para a perpetuação dos discursos que justificam os tipos de violência, outros fatores devem ser levados em conta nos processos de socialização e aprendizagem do indivíduo. Como já mencionado, as instituições: escola, religião, ideologias, família, etc. têm ensinamentos que constituem as mais diferentes visões de mundo dos indivíduos. Nesse sentido, Condor (1990 apud SANTOS; CARVALHO 2018) associa os estereótipos aprendidos à legitimação da violência, sendo que estes são compreendidos como algo inserido em contextos sociais e históricos provenientes de continuidades culturais concomitantemente legitimadoras e propagadoras dos discursos sociais.

A comunicação é um agente significativo, porém também pode ser visto como elemento reforçador e não exclusiva via de legitimação, caso contrário, a ideia de indivíduo enquanto agente passivo da comunicação seria validada.

4 SILAS MALAFAIA E A IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS

Durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) que foi aprovado em 2014, o termo “ideologia de gênero” surgiu como forma de resistência diante de propostas do documento que visavam o combate à discriminação e desigualdade de gênero. Na ocasião, o Ministério da Educação editou e retirou de alguns trechos os termos “orientação sexual” e “gênero” do texto que viria ser a Lei nº 13.005/14, sob a justificativa de encontrar redundâncias na redação, segundo nota oficial emitida pelo próprio MEC.

Inicialmente o trecho que compunha o art. 2º, inciso III era escrito como: “*superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual;*” sendo que após a alteração, ficou estabelecida a seguinte frase: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;” (BRASIL, 2014). De certo modo o texto ainda se expressa como *inclusivo, porém, para Viana (2018, p.63),*

[...] o corte à menção expressa ao gênero e à orientação sexual na tramitação reflete um discurso presente não só na sociedade brasileira, mas em boa parte do mundo e que se coloca de modo contrário ao que denominam ser uma “ideologia de gênero”. Segundo essa compreensão, o “gênero” seria uma ideologia no sentido de uma criação para além da realidade, ou seja, haveria uma relação natural/real entre o sexo e a identificação enquanto homem ou mulher, sendo “ideológico” (não real) qualquer entendimento para além dessa ordem.

A partir dessa interpretação, partidos que compõem a chamada “bancada evangélica”, grupos conservadores da sociedade civil e comunidades de instituições religiosas, compreendem as discussões sobre gênero e identidade como algo que remete a doutrinação moral. Furlanetto et al (2018) descrevem as iniciativas sobre educação sexual como intervenções ligadas ao desenvolvimento da cidadania do indivíduo e que a tentativa de reprimir as diversas formas de se expressar sexualmente em sociedade significa somente a omissão destas e não sua não-existência. Os autores ainda salientam que a escola deve ser vista como um ambiente que exerce uma função social, e nesse papel, ela atua como agente que interage com o desenvolvimento social, cultural e intelectual dos indivíduos, sendo que a sexualidade transita por todos esses espectros.

De acordo com Viana (2018), esse repúdio às pautas que discutem sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar é diretamente ligado à dois grupos, sendo que estes são compostos por: religiões de matriz cristã (católica, pentecostais e neopentecostais) e os movimentos que carregam ideais liberalistas e contrariam as chamadas doutrinações ideológicas, alguns dos cânones existentes no movimento político fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o Escola Sem Partido. Um dos apoiadores desse movimento foi o Pastor pentecostal Silas Lima Malafaia, líder do ministério

da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo e desde 1982 apresentador do programa de televisão chamado “Vitória em Cristo”. Em seu site (2018) registra que além dessas atribuições, também é palestrante, conferencista e produtor de conteúdo religiosos para CDs, DVDs, livros e plataformas digitais, como o *Youtube* por exemplo, onde tem seu canal oficial criado em 2014 e que possui cerca de 929 mil inscritos, acumulando cerca de 69.116.301 visualizações.

O exemplo que será abordado para discussão, trata-se de um vídeo postado no canal oficial do Pastor, este por sua vez, intitulado “Pastor Silas Malafaia comenta: Atenção! Um alerta importantíssimo aos cristãos do Brasil”. O material foi divulgado na plataforma em 16 de agosto de 2018, poucos meses antes das eleições, e possui cerca de 236.925 visualizações até o momento da escrita do artigo. Ressaltando que, o vídeo enquanto objeto de estudo não será analisado do ponto de vista objetivo (o material audiovisual em si), mas será discutido partindo da problematização de uma de suas temáticas principais, a ideologia de gênero. A fala do Pastor tem início com ele dizendo que aquele seria o primeiro alerta sobre as eleições de 2018 e que nunca teve medo de se posicionar, pois se ele não se pronunciasse, os “esquerdopatas” estavam aí para influenciar a sociedade. A seguir, as demais falas do líder religioso encontram-se transcritas em tópicos:

- " 'Esquerdopatas' lutam contra os valores cristãos, apoiando tudo que é *lixo moral*.";
- "PT, PCdoB, PSOL apoiam *ideologia de gênero*. Querem '*erotizar*' as crianças e as escolas tirando o poder dos pais sobre a educação moral. ";
- "Acabaram com as comemorações de dia dos pais e das mães";
- "Permitem que um rapaz/homem que se 'sinta mulher' entre no banheiro feminino e você não pode fazer nada. É nessa gente que você vai votar?";
- “Não abra mão do seu voto, não abra mão. Voto de deputado estadual e deputado federal é a representação das suas ideias. De senador, governador, presidente da república.";
- “Vocês viram aí o Queer museu? Olha aí algumas imagens, olha esse *lixo moral* apoiado por esses '*esquerdopatas*'. Só 'teve' dois caras que falaram contra isso, você pode nem gostar deles: Bolsonaro e Dória. A 'irmã' Marina ficou caladinha, não disse nada, a 'irmã evangélica'. Álvaro Dias? Calado. Alckmin? Calado. Ciro Gomes? Calado. ";
- “Meu querido, você é livre para votar em quem quiser, agora cuidado, eles querem *destruir os valores judaicos cristãos da sociedade, impor o marxismo cultural para destruir a base da sociedade ocidental*. ";
- “Eu estou dando aqui apenas um alerta, você é dono do seu voto "queridão", preste a atenção, olhe em quem você vai votar, não abra a mão, exerça a sua cidadania, que Deus abra os olhos do povo brasileiro. Que Deus dê dias melhores para nossa nação. Deus abençoe você, Deus abençoe sua família”.

Como apresentado nos tópicos anteriores, a violência pode se manifestar além da forma direta, ou seja, visível, com vítimas e agressores aparentes. Nas falas apresentadas acima, é possível verificar uma comunicação verbal que expõe indignação, raiva, ira e aversão sobre o tema abordado, destacando-se nos momentos em que Silas Mafalaia aumenta seu tom de voz e complementa as falas agressivas com a manifestação da linguagem corporal, que Almeida (2019, p.11) classifica como

[...] aquela comunicação empreendida por meio de gestos, posturas e expressões faciais. Pelos estudos da linguagem, tradicionalmente a linguagem corporal se divide em fechada (que envia sinais de inimizade, hostilidade, agressividade, desconforto e desinteresse) e aberta (que transmite afinidade, hospitalidade, intimidade, interesse, conforto e paz).

Considerando a linguagem corporal de Silas Malafaia no decurso de sua comunicação, ao gesticular veemente, ora com os punhos fechados, ora apontando com o dedo enquanto movimentava os braços, o pastor demonstra gestos que segundo Pires, Lage e Hartalian (2004) configuram como agressivos e defensivos, de forma que esses reforçam sua fala enérgica e hostil sobre supostos partidos e simpatizantes de causas relacionadas à orientação e educação sexual nas escolas, as quais ele denomina como ideologia de gênero.

O uso de colocações como “esquerdopatas” e “impor o marxismo cultural” podem representar um posicionamento político conservador e tradicional, porém ao falar sobre questões de gênero, o líder religioso se refere ao tema de maneira que pode ser entendida como pejorativa e acusatória ao tratá-lo como “ideologia de gênero” e explicando o assunto utilizando colocações como: “permitem que um rapaz/homem que se ‘sinta mulher’ entre no banheiro feminino e você não pode fazer nada”, “erotizar crianças” e “lixo moral”, sendo que segundo sua concepção, tudo isso viria a destruir os valores judaico-cristãos e tirar dos pais o poder da educação moral das crianças.

Seguindo a sequência de pensamentos apresentada: posicionamento político conservador e repúdio à educação sexual nas escolas devido à lógica da ideologia de gênero, temos por fim, o endossamento de todos os argumentos apresentados por meio de concepções religiosas, no momento em que o pastor justifica suas opiniões citando a necessidade da preservação dos valores cristãos. Relacionar essa tríade às tipologias de violência de Galtung significa entender o discurso social religioso como um fator cultural, ou seja, que legitima e naturaliza as violências direta e estrutural. A linguagem hostil do líder religioso ao falar sobre gênero age como catalisadora para a discriminação, preconceito e homofobia (violência estrutural) que em muitos casos se concretiza como violência direta: agressões, mortes e xingamentos devido à intolerância sobre as diferenças, sendo

que toda essa construção é institucionalizada por um discurso social que se justifica através de crenças ligadas à religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão teve como objetivo trazer reflexões que permitissem a problematização sobre como a linguagem poderia ser uma ferramenta para a legitimação da violência relacionada a questões de gênero considerando a fala do líder religioso Silas Malafaia sobre o assunto, tentando-se encontrar a relação dessa comunicação com as tipologias de violência propostas por Galtung.

Como visto, os debates sobre os Estudos para a Paz (EPP) envolvem a identificação dos tipos de violência presentes na sociedade e como estas se desenvolvem e se naturalizam culturalmente. Compreendendo que a comunicação não é única ou exclusiva forma capaz de moldar concepções e influenciar pensamentos, foram abordadas as demais questões envolvidas, ou seja, os contextos que abrangem processos socializadores dos indivíduos, tais como educação, religião, ideologias, família, etc., que constituem as mais diferentes visões de mundo dos indivíduos. Porém, de que forma a violência cultural se perpetua e legitima as violências estrutural e direta? Os chamados discursos sociais são constituídos por uma herança cultural que envolve uma bagagem histórica perpassada de geração para geração, de comunidade para comunidade e atualmente tem seu alcance impulsionado pelos meios de comunicação digitais. Nesse caso, um discurso social fundamentado religiosamente e disponibilizado em uma rede social digital da *internet*.

Para Charaudeau (2013), as crenças são como guias das práticas sociais à medida que criam normas que regem comportamentos, normas essas que se tornam ideais e representativas no que se refere a um grupo social, sendo que não agem apenas como referências relacionadas ao que fazer ou não, mas também orientam as justificativas desses comportamentos como bons ou ruins. Dessa forma, a religião enquanto instituição social, tem poder sobre os princípios de sua comunidade, logo, o peso de seu discurso reflete em um sistema de regras capaz de justificar atitudes, práticas e condutas, essas que por suas vezes regem e estruturam um modelo cultural de concepções.

As concepções religiosas podem, em muitos casos, justificar convicções hostis quando o assunto é contrário aos seus valores, neste caso, relacionado a diversidade de gênero. Mas a religião também poderia ser uma força voltada para os esforços contra as violências mencionadas, ao considerar um diálogo em busca pela paz (BUSHRUI, 2010). Para isso, faz-se necessário uma intervenção voltada para a comunicação educativa e instauração de uma Comunicação Não-Violenta (CNV) nas instituições religiosas, em sentidos que não necessariamente exijam mudanças em seus dogmas, mas que incentivem uma comunicação que não instigue a violência em todos os seus aspectos, propondo tolerância, respeito e compreensão sobre a diversidade, pois assim como descreve Charaudeau (2013), comunicar é uma escolha, e não só dos conteúdos que serão transmitidos ou

sobre as normas do “bem falar”, mas também se refere a seleção de sentido para ser influência ao próximo.

Ou seja, a comunicação como agente de trocas sociais determina práticas e modelos de representatividade, os quais irão atribuir valores e justificativas para concepções e atitudes, logo, a importância de também repensá-la enquanto agente com potencial de promover discursos que legitimem a paz além das diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÁS, Eloísa. **Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita**. In: JALALI, Vahideh. Estudos para a paz. Aracaju: Editora Criação, 2010.

ALMEIDA, Rodrigo. A Importância do Estudo das Linguagens para a Comunicação Não Violenta. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v. 05, ed. especial, abr., 2019. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1304>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BUSHRUI, Suheil. **Paz mundial e o entendimento inter-religioso**. In: JALALI, Vahideh. Estudos para a paz. Aracaju: Editora Criação, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **On the state: lectures at the Collège de France**. Cambridge: Polity Press, 2014. Disponível em: <https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/10/On-the-State_-_Lectures-at-the-Colle%CC%80ge-de-France-1989-1992-by-Pierre-Bourdieu.pdf>. Acesso em 29 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 5 ago. 2020.

CABRAL, Raquel; GONÇALVES, Gisela; SALHANI, Jorge. Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz. **Revista Organicom**, No 28, 1o sem/2018, p. 247-265.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, Léa; SILVA, Marcos. **Violência verbal no ambiente de trabalho**. In: JALALI, Vahideh. Estudos para a paz. Aracaju: Editora Criação, 2010.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. **As origens dos estudos para paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra**. In: FERREIRA, Marcos Alana S. V.;

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASCHIETTO, Roberta H.; KUHLMANN, Paulo R. L. Estudos para a Paz: conceitos e debates. Aracaju: Editora UFS, 2019.

FISAS, Vicenç. **Una cultura de paz. Cultura de paz y gestión de conflictos**, Icaria/UNESCO, Barcelona, 1998. Disponível em: <http://escolapau.uab.cat/img/programas/cultura/una_cpaz.pdf>. Acesso em 29 jul. 2020.

FRANÇA, Vera Veiga. **O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de Pesquisa em comunicação: metodologia e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p.153-174.

FURLANETTO, Milene et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Revista Cadernos de Pesquisa**, v.48 No.168 p.550-571 abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053145084>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GALTUNG, Johan. Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 71, p. 63-75, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2I9KSya>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

_____. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 2003.

_____. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, No. 3, 1969, p. 167-191. Disponível em: <http://www2.kobeu.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Galtung_Violence,%20Peace,%20and%20Peace%20Research.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. London: Sage, 1996.

LEMOS, Linovaldo. A ideologia da ideologia de gênero e a escola. **Revista Vértices**. v. 19, No 3, set/dez.2017, p51-62. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323024179_A_ideologia_da_ideologia_de_genero_e_a_escola>. Acesso em: 06 ago. 2020.

LOPES, Felipe; CARVALHO, Mariana. Comunicação, violência e problemas sociais: uma leitura construcionista. **Revista Organicom**, No 28, 1o sem/2018, p. 223 - 235.

MALAFAIA, Silas. Minha história. **Silas Malafaia**, 2018. Disponível em: <<https://www.silasmalafaia.com/minha-historia/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Pastor Silas Malafaia comenta: Safadeza! O que querem esconder sobre a Escola sem Partido. **Youtube**, 27 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NfEE0AUNbTg>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Pastor Silas Malafaia comenta: Atenção! Um alerta importantíssimo aos cristãos do Brasil. **Youtube**, 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c9msVGD4Rdg&list=PLGIMcKHogX2K1NdBRs7sCABwJQqxqWJ0z&index=5&t=0s>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS; CARVALHO. Violência cultural, masculinidades e publicidade: a campanha “É de homem!” da L’Oréal em Portugal. **Revista Organicom**, No 28, 1o sem/2018, p. 206 - 222.

PIRES, Ana Carolina; LAGE, Danielle; HARTALIAN, Natalia. O Corpo Fala: A importância de gestos em entrevistas e dinâmicas de grupo. In: **Eclética** (Revista dos alunos do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio), Ano 8, n. 16, jan./jun. 2003, pp. 45- 8. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/14%20-%20o%20corpo%20fala.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2020.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. 2. ed. São Paulo: Ágora, 2003.

SALHANI, J.; CABRAL, R. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-compós**, Brasília, v. 20, n. 3, set/dez 2017.

SIGNATES, L. **Comunicação e Paz**. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/333198884_Comunicacao_e_paz_uma_dialetica_do_conflito_nao_violento>. Acesso em 30 jul. 2020.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (1989): **Manifesto de Sevilla**. Documento difundido pela Conferência geral da UNESCO – 25a sessão, Unidade Cultura de Paz. Paris, França, 16 de novembro de 1989.

VIANA, Igor. Educação de gênero e sexualidade no marco da teoria crítica da constituição: uma análise reconstrutiva das políticas públicas de educação no Brasil (1998- 2014) e a defesa de uma leitura democraticamente comprometida do PNE (2014-2024).

Revista Libertas. Ouro Preto, v. 3, n. 2, p. 49-70, fev. /mar. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/libertas/article/view/440>>. Acesso em: 4 ago. 2020.